



Demonstrações Financeiras 2020/2

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 12/03/2021, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Jorge Viana Da Silva
Diretor Executivo
CPF: 116.321.945-20

Ricardo Moscoso Rego
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 326.372.505-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20





Demonstrações Financeiras 2020

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju
Aracaju / SE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020, deu um grande passo para intensificar e ser ainda mais atuante em ações para o desenvolvimento econômico e social da comunidade. Podemos destacar primeiramente a participação direta de uma representante da Sicredi Aracaju, voluntariada e aprovada pela Fundação Sicredi, para colaborar com a criação do Programa de Educação Financeira - Cooperação na Ponta do Lápis. Outra iniciativa, que é um marco na história da Sicredi Aracaju, foi a implantação da área de Desenvolvimento do Cooperativismo, que encerrou o ano com a formação de todos os colaboradores no Programa de Educação Cooperativista chamado Crescer. Comprometida também com a inclusão e educação, todas as parcerias com instituições sociais foram mantidas e outras causas no âmbito social e econômico foram abraçadas a título de patrocínio.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Ao longo do ano, a Sicredi Aracaju também realizou uma série de ações para que a cooperativa continue crescendo de forma sólida e sustentável. Em resumo, destacam-se a mudança da sede para um ambiente moderno e confortável para receber os nossos associados. Além dessa importante mudança, frente aos desafios de expandir a atuação da cooperativa, reestruturamos o nosso modelo de gestão com a criação das gerências de agências, visando a melhoria no atendimento aos associados e uma melhor eficiência nos negócios. Aumentamos o nosso quadro de colaboradores e agregamos novas tecnologias de gestão para atender melhor ao nosso associado, sem, no entanto, comprometer significativamente as despesas da cooperativa. Iniciamos a transformação digital da Sicredi Aracaju com a implantação do Whatsapp Enterprise, assinatura eletrônica digital de documentos, novo sistema de caixa e a plataforma pessoa física, possibilitando a abertura de conta e atendimento às necessidades dos associados por meio de uma experiência digital e presencial nas agências. Mesmo com todas as dificuldades impostas pela conjuntura de 2020, a Sicredi Aracaju investiu na melhoria da gestão do negócio com a criação das áreas de desenvolvimento do cooperativismo, gestão de pessoas e assessoria de planejamento estratégico, entre outras iniciativas importantes. Essa evolução é fruto de uma Gestão profissional exercida por um Conselho de Administração comprometido com os interesses dos associados, um Conselho Fiscal atuante e pautado na ética e na conservação da maturidade financeira da Cooperativa, uma Diretoria Executiva experiente, inovadora e competente, além de um quadro técnico de excelente nível profissional.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Cooperar Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos como principais ações a adoção de novas tecnologias de comunicação interna e externa, criação do Comitê de Crise COVID-19 na Sicredi Aracaju, com reuniões diárias de monitoramento dos riscos e deliberação de ações preventivas voltadas para a segurança dos colaboradores e associados, bem como à saúde financeira da cooperativa. Entre outras ações, o comitê promoveu a alteração da forma de funcionamento das agências, intensificou a utilização dos canais eletrônicos de atendimento e criou condições para a prorrogação das operações de crédito. Diante da crise, a Sicredi Aracaju realizou a doação de totens dispersores de álcool em gel para associados que trabalham com o atendimento ao público e promoveu ações diárias de comunicação e marketing com dicas de Prevenção para associados e público em geral. Pensando na saúde e bem-estar dos nossos associados, empreendemos esforços para a realização das Assembleias ordinária e extraordinária de forma virtual, com toda a segurança e transparência necessária.

A Sicredi Aracaju está ao lado de seus associados, colaboradores e das comunidades no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus e segue fazendo a sua parte para manter a atividade econômica, sempre tendo como prioridade a saúde, a segurança e o bem-estar de todos.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju
CNPJ/MF nº 02.923.389/0001-72

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		456.091	305.024	PASSIVO		384.323	236.253
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	15.042	7.929	DEPÓSITOS	(Nota 11)	357.635	215.864
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		433.711	288.203	Depósitos à vista		110.186	49.353
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	1.123	557	Depósitos a prazo		247.449	166.511
Centralização financeira	(Nota 04)	162.272	85.185	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.093	2.937
Operações de crédito	(Nota 06)	250.614	187.671	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	127	-
Outros ativos financeiros	(Nota 07)	19.702	14.790	Obrigações por empréstimos	(Nota 13)	2.792	2.778
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 06)	(8.206)	(5.637)	Outros passivos financeiros	(Nota 14)	174	159
OUTROS ATIVOS	(Nota 08)	456	742	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 15)	8.374	6.992
INVESTIMENTOS	(Nota 09)	7.224	6.707	OUTROS PASSIVOS	(Nota 16)	15.221	10.460
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	7.798	7.080	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 17)	71.768	68.771
INTANGÍVEL	(Nota 10)	66	-	CAPITAL SOCIAL		49.200	49.706
				RESERVAS DE SOBRAS		15.505	11.610
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.063	7.455
TOTAL DO ATIVO		456.091	305.024	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		456.091	305.024

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju
CNPJ/MF nº 02.923.389/0001-72

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.805	27.500	26.196
Operações de crédito (Nota 06)	13.797	27.481	26.194
Resultado títulos e valores mobiliários	8	19	2
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.843)	(9.609)	(10.361)
Operações de captação no mercado	(2.329)	(5.471)	(9.117)
Operações de empréstimos e repasses	(40)	(100)	(2)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 06)	(1.474)	(4.038)	(1.242)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.962	17.891	15.835
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.972)	(6.837)	(3.399)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	2.322	4.077	2.700
Rendas de tarifas bancárias	1.213	2.232	1.991
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 20)	(4.074)	(7.781)	(6.875)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 21)	(2.672)	(5.590)	(5.298)
Dispêndios e despesas tributárias	(25)	(87)	(99)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	2.172	4.677	6.831
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 23)	(1.908)	(4.365)	(2.649)
RESULTADO OPERACIONAL	6.990	11.054	12.436
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(6)	150	133
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	6.984	11.204	12.569
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(250)	(926)	(446)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.734	10.278	12.123

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju

CNPJ/MF nº 02.923.389/0001-72

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	47.073	6.889	1.336	5.399	60.697
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	2.733	-	-	(3.991)	(1.258)
Destinações para reservas	-	-	1.987	(1.399)	588
Outras destinações	-	-	-	(9)	(9)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.407	-	-	-	3.407
Baixas de capital	(5.817)	-	-	-	(5.817)
Resultado do período	-	-	-	12.123	12.123
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(466)	(466)
Juros sobre o capital próprio	2.310	-	-	(2.804)	(494)
Reserva legal - Estatutária	-	1.398	-	(1.398)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	49.706	8.287	3.323	7.455	68.771
Mutações do Período	2.633	1.398	1.987	2.056	8.074
Saldos no início do período em 01/01/2020	49.706	8.287	3.323	7.455	68.771
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	2.124	-	-	(4.244)	(2.120)
Destinações para reservas	-	-	2.455	(2.455)	-
Outras destinações	-	-	-	(756)	(756)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.593	-	-	-	3.593
Baixas de capital	(7.379)	-	-	-	(7.379)
Resultado do período	-	-	-	10.278	10.278
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(441)	(441)
Juros sobre o capital próprio	1.156	-	-	(1.334)	(178)
Reserva legal - Estatutária	-	1.325	-	(1.325)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	-	115	(115)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	49.200	9.612	5.893	7.063	71.768
Mutações do Período	(506)	1.325	2.570	(392)	2.997
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	48.620	8.287	3.323	10.999	71.229
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	2.124	-	-	(4.994)	(2.870)
Destinações para reservas	-	-	2.455	(2.455)	-
Outras destinações	-	-	-	(6)	(6)
Capital de associados					
Aumento de capital	1.890	-	-	-	1.890
Baixas de capital	(4.544)	-	-	-	(4.544)
Resultado do período	-	-	-	6.734	6.734
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(441)	(441)
Juros sobre o capital próprio	1.110	-	-	(1.334)	(224)
Reserva legal - Estatutária	-	1.325	-	(1.325)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	-	115	(115)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	49.200	9.612	5.893	7.063	71.768
Mutações do Período	580	1.325	2.570	(3.936)	539

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju
CNPJ/MF nº 02.923.389/0001-72

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	7.222	12.956	10.537
Resultado do semestre/exercício	6.734	10.278	12.123
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	488	2.678	(1.586)
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	503	2.569	(1.338)
Depreciação e amortização	213	337	129
Baixas do ativo permanente	-	-	18
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	213	213	71
Destinações ao FATES	(441)	(441)	(466)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	38.972	79.722	(44.998)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(431)	(566)	(557)
Redução em relações interfinanceiras ativas	6.580	-	-
(Aumento) em operações de crédito	(58.055)	(62.943)	(62.520)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.359)	127	-
(Aumento) em outros ativos financeiros	(5.561)	(4.912)	(5.587)
Redução em outros ativos	292	286	1.515
Aumento em depósitos	90.140	141.771	13.513
Aumento em passivos financeiros	16	15	65
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(5)	14	2.778
Absorção de dispêndios pelo FATES	(32)	(201)	(323)
Aumento em outros passivos	7.387	6.131	6.118
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	46.194	92.678	(34.461)
Aquisição de investimentos	(342)	(517)	(708)
Aquisição de imobilizado de uso	(441)	(1.049)	(3.131)
Aplicações no intangível	(54)	(72)	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(837)	(1.638)	(3.839)
Integralização de capital	1.890	3.593	3.407
Destinações para reservas	-	-	588
Baixa de capital	(4.544)	(7.379)	(5.817)
Juros ao capital próprio	(224)	(178)	(494)
Distribuição de Sobras	(2.876)	(2.876)	(1.267)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(5.754)	(6.840)	(3.583)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	39.603	84.200	(41.883)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	137.711	93.114	134.997
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	177.314	177.314	93.114

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju
CNPJ/MF nº 02.923.389/0001-72

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	6.734	10.278	12.123
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	6.734	10.278	12.123

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Sicredi Aracaju ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 11/11/1998 e sede situada na Rua José Carvalho Pinto, 280, na cidade de Aracaju - Sergipe. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 4 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de março de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 06;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 15;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	15.042	7.929
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	162.272	85.185
Total	177.314	93.114

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	214	909	1.123	557
Total	-	214	909	1.123	557
Total circulante				214	-
Total não circulante				909	557

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 105% do CDI.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020				Total da carteira	31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	696	21.037	50.119	149.015	220.867	158.700
Financiamentos	66	3.104	7.588	18.989	29.747	28.971
Total das operações de crédito	762	24.141	57.707	168.004	250.614	187.671
Títulos e créditos a receber	-	7.676	3.306	1	10.983	7.183
Total de outros créditos	-	7.676	3.306	1	10.983	7.183
Carteira total	762	31.817	61.013	168.005	261.597	194.854

Total circulante	93.592	82.135
Total não circulante	168.005	112.719

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	538	-	-	-
A	0,50	143.297	93.866	716	469
B	1,00	71.826	61.862	718	619
C	3,00	21.847	24.882	655	746
D	10,00	12.742	8.667	1.274	867
E	30,00	8.560	3.166	2.568	950
F	50,00	583	357	292	179
G	70,00	738	822	517	575
H	100,00	1.466	1.232	1.466	1.232
Total		261.597	194.854	8.206	5.637

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				Total da Carteira	31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	191	12.267	18.072	62.987	93.517	71.399
Industrial	43	2.652	3.113	10.373	16.181	14.292
Comércio	106	5.159	10.149	25.814	41.228	25.607
Outros serviços	422	11.739	29.679	68.831	110.671	83.556
Total	762	31.817	61.013	168.005	261.597	194.854

Total circulante	93.592	82.135
Total não circulante	168.005	112.719

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	38.573	14,75	32.356	16,60
50 devedores seguintes	81.132	31,01	67.101	34,44
100 devedores seguintes	45.100	17,24	30.980	15,90
Demais	96.792	37,00	64.417	33,06
Total	261.597	100,00	194.854	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	5.637	6.975
Constituição de provisão	9.030	6.365
Reversão de provisão	(4.992)	(5.123)
Movimentação de baixados para prejuízo	(1.469)	(2.580)
Saldo final	8.206	5.637

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	11.749	23.389	22.339
Financiamentos	1.863	3.865	3.734
Subtotal	13.612	27.254	26.073
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	185	227	121
Total	13.797	27.481	26.194

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 29.659 (2019 - R\$ 29.673).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 06)	10.983	7.183
Rendas a receber	265	429
Operações com cartões	179	69
Devedores por depósitos em garantia	8.275	7.109
Total	19.702	14.790

Total circulante	11.426	7.681
Total não circulante	8.276	7.109

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	4	431
Adiantamentos e antecipações salariais	32	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	61	61
Adiantamentos para Confederação Sicredi	57	-
Impostos e contribuições a compensar	14	60
Pendências a regularizar	112	86
Valores em análise- SFG	59	59
Valores a receber - Central	12	-
Outros	105	45
Total circulante	456	742

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	-	430
Imóveis	-	430
Despesas antecipadas	4	1
Total circulante	4	431

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	6.335	5.993
Sicredi Participações S.A.	887	712
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outros investimentos	1	1
Total	7.224	6.707

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	270.672 ON	217.850 ON	1	1	6.335.493	5.993.327
	615.940 PN	493.770 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,08%	0,07%	0,62%	0,62%	3,84%	3,71%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	165.101	155.922
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	173.388	161.687
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	3.283	1.618
Valor do investimento	887	712	1	1	6.335	5.993

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	8.570	(772)	7.798	7.080
Imobilizações em curso	-	347	-	347	1.527
Terrenos	-	3.885	-	3.885	3.885
Edificações	4%	994	(65)	929	968
Instalações	10%	237	(59)	178	26
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	1.263	(103)	1.160	133
Móveis e equipamentos	10%	1.123	(329)	794	281
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	182	(35)	147	47
Equipamentos de processamento de dados	20%	539	(181)	358	213
Intangível		80	(14)	66	-
Investimentos Confederação		72	(6)	66	-
Outros ativos intangíveis		8	(8)	-	-

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	110.186	-	-	110.186	49.353
Depósitos a prazo	3.747	12.636	231.066	247.449	166.511
Total	113.933	12.636	231.066	357.635	215.864
Total circulante				126.569	65.988
Total não circulante				231.066	149.876

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	127	-
Total	127	-

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	127	127	-
Total - Outros Recursos	-	-	127	127	-
Total	-	-	127	127	-
Total não circulante				127	-

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e advindos do compulsório da poupança. A taxa praticada é 84,5% do CDI e o vencimento em 01/06/2023.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	16	2.776	2.792	2.778
Total	-	16	2.776	2.792	2.778
Total circulante				16	2
Total não circulante				2.776	2.776

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Recursos em trânsito de terceiros	174	159
Total circulante	174	159

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Cível	Provável	294	81
Tributária	Provável	8.080	6.911
Total não circulante		8.374	6.992

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Cível	81	294	(81)	294
Tributária	6.911	1.169	-	8.080
Total não circulante	6.992	1.463	(81)	8.374

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 5 (dezembro de 2019 - R\$ 10).

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	11.067	7.025
Provisão para pagamentos a efetuar	833	584
Cotas de capital a pagar	1.038	212
Provisão para participações nos lucros	550	445
Fundo de assistência técnica, educacional e social	776	535
Demais fundos constituídos	-	5
Demais obrigações sociais e estatutárias	-	70
Impostos e contribuições a recolher	517	671
Credores diversos	440	853
Cobrança e arrecadação de tributos	-	58
Pendências a regularizar	-	2
Total Circulante	15.221	10.460

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	49.200	49.706
Total de associados	6.615	6.043

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -506 (2019 – R\$ 2.633), sendo R\$ 3.280 (2019 – R\$ 5.043) via integralização de resultados e R\$ 3.593 (2019 – R\$ 3.407), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 7.379 (2019 – R\$ 5.817).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,73% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.334, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 15% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva de Expansão conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	11.204	12.569
Participação nas sobras	(926)	(446)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	10.278	12.123
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(4.111)	(4.849)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	4.150	4.673
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	534	1.122
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(359)	25
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.123	557
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	162.272	85.185
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	46	33
Outros ativos (Nota 08)	57	-
Investimentos (Nota 09)	7.224	6.707
Intangível (Nota 10)	66	-
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	127	-
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	2.792	2.778
Outros passivos (Nota 16)	10.736	7.051
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	19	2
Ingressos e receitas de prestação de serviços	76	49
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	3.178	5.503
Despesas		
Operações de empréstimos e repasses	100	2
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 21)	82	76
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 23)	2.067	1.532

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Operações de crédito	306	0,12%	171

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	1.425	1.378

NOTA 20 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	2.581	4.992	4.420
Benefícios	692	1.313	1.156
Encargos sociais	801	1.476	1.299
Total	4.074	7.781	6.875

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	50	136	119
Aluguéis	307	721	684
Comunicação	110	232	234
Manutenção e conservação	152	299	190
Material de expediente	45	99	69
Processamento dados	138	229	166
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	321	720	602
Serviços do sistema financeiro	317	709	898
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	439	783	682
Serviços de vigilância e segurança	74	235	233
Serviços de transportes	84	207	270
Depreciação	208	331	129
Amortização (Rateio Confederação)	5	6	-
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	32	201	322
Emolumentos e taxas diversas	58	102	112
Outras despesas administrativas	332	580	588
Total	2.672	5.590	5.298

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	32	201	323
Recuperação de encargos e despesas	15	35	228
Ingressos depósitos intercooperativos	1.512	3.156	5.494
Reversão de provisões operacionais	222	737	266
Reversão de provisões para passivos contingentes	81	81	23
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	92	92	-
Outras rendas operacionais	218	375	497
Total	2.172	4.672	6.831

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	119	1.248	428
Contribuições Cooperativistas	55	111	95
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	37	124	136
Contribuição Confederação Sicredi	611	1.223	621
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	257	501	577
Encargos da administração financeira	1	1	30
Repasse Administradora de Cartões	-	15	33
Provisões para passivos contingentes	294	294	94
Outras provisões operacionais	129	243	206
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	236	365	187
Risco operacional	30	42	60
Juros e comissões	35	35	-
Outras despesas operacionais	104	163	182
Total	1.908	4.365	2.649

NOTA 24 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	6.734	10.278	12.123
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	6.734	10.278	12.123

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	70.815	68.059
Nível I (NI)	70.815	68.059
Capital principal - CP	70.815	68.059
Capital social	49.200	49.706
Reservas de capital	15.505	11.610
Lucros acumulados	7.063	7.455
Ajustes Prudenciais	(953)	(712)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	275.205	202.128
Margem de Capital	41.918	43.540
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,73%	33,67%
Situação de Imobilização (Imob)	7.798	7.080
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,01%	10,40%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Jorge Viana Da Silva
Diretor Executivo
CPF: 116.321.945-20

Ricardo Moscoso Rego
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 326.372.505-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20